

João Caupers

O mapa judiciário no país das maravilhas

Destaque: Não verterei uma lágrima por nenhum tribunal encerrado; guardo-as para coisas importantes

O Governo – este e, pelo menos, os quatro anteriores – manifestou a intenção de rever o mapa judiciário, isto é, o quadro organizativo dos tribunais. Nada de mais natural, compreendendo-se perfeitamente a necessidade de adaptar a organização judiciária às novas realidades da vida portuguesa. Já não somos uma sociedade rural – não se sabe bem durante quanto tempo ... – e a população e as actividades económicas, outrora espalhadas pelo território nacional, acotovelam-se agora maioritariamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

A conflitualidade judicial aumentou e modificou-se, tornando-se mais complexa e exigindo saberes mais especializados. Os tribunais foram ficando mais ou menos na mesma, isto é, cada vez pior: vazios, uns, entupidos em processos, outros; juízes sem trabalho e juízes sem mãos a medir. Para completar o embaraço, cada vez mais a relação entre os cidadãos e os tribunais dispensa o contacto físico, quase se bastando com a *internet*.

Claro que uma revisão do mapa judiciário haveria de apontar no sentido de uma redução do número dos tribunais de primeira instância e num aumento da especialização. Uma certa concentração de recursos humanos e materiais era inevitável e justificada. As reacções ditas populares, na maioria orquestradas por caciques locais, deixaram-me perplexo.

Ai que nos vão fechar o nosso querido tribunal, ouvi a uma idosa de aspecto rústico, já não sei donde. Fiquei à espera de a ouvir dizer *então agora como é que eu faço quando for pronunciada por um crime ou quando quiser desencadear uma impugnação pauliana*, no mesmo tom indignado de quem se interroga *agora que fecharam a urgência, onde é que eu vou se cair da escada abaixo e partir uma perna?*

Na mesma reportagem, outro cidadão indignado com o suposto encerramento do tribunal, perguntava como é que iria fazer quando tivesse de se deslocar ao tribunal, que, em vez de estar ao pé da porta, passaria a estar numa terra vizinha, à espantosa distância de trinta quilómetros. Imaginei o diálogo entre ele e o repórter:

- *Então e o senhor vai muito ao tribunal?*
- *Onde?*
- *Ao tribunal, a este que querem fechar.*

João Caupers

- Não, nunca lá fui. Mas posso lá ir quando quiser; se o fecharem, será muito mais difícil ir ao outro, que é muito longe.

Este tem sido o debate sobre o mapa judiciário: irracional, ridículo, mais ou menos absurdo. Com autarcas a falarem de tribunais como quem fala da escola ou do posto médico. Como se se tratasse de um serviço público onde se vai regularmente ou por poderosos motivos de urgência: *é aqui o tribunal*, perguntou, esbaforida; *atenda-me depressa que tenho que meter uma restituição provisória de posse e deixei a sopa ao lume!*

A verdade é que, com excepção dos magistrados, dos advogados e dos funcionários judiciais, naturalmente, a maioria dos portugueses nunca entrou, nem provavelmente entrará, num tribunal. Ainda bem. Eu, que sou jurista profissional há trinta e oito anos e fui advogado durante oito, devo ter entrado não mais do que trinta ou quarenta vezes num tribunal.

É óbvio que certos serviços públicos – escolas, hospitais –, por serem essencialmente prestadores de serviços, devem estar próximos dos cidadãos; outros, têm de manter a sua presença porque, ainda que os cidadãos deles não necessitem, a sua ausência poderia ter consequências graves no plano da segurança – é que ocorre com as polícias.

Os tribunais? Se há serviço de justiça por cuja falta física pouco se dá são os tribunais. O cidadão ainda pode precisar do notário, para autenticar um documento. Ou do conservador do registo civil, para registar o nascimento do filho. Pode mesmo dar-lhe jeito que a prisão não seja demasiado longe, para poder visitar um familiar.

Um tribunal? O tribunal é um local essencialmente destinado a profissionais da justiça e a ... réus. Até as testemunhas já podem ser ouvidas por vídeo-conferência!

Desculpem a franqueza: **reorganizem bem os tribunais, melhorando a sua eficiência e poupando o mais possível.**

Lamento aqueles que, graças à austeridade, passam a estar a uma hora de automóvel de um hospital e as crianças que despertam às 6 da manhã para se deslocarem a uma escola longínqua. Não verterei uma lágrima por nenhum tribunal encerrado; guardo-as para coisas importantes.

Junho 2012